

HABEAS CORPUS Nº 549.035 - RJ (2019/0358662-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RAPHAEL ALDEIA MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAPHAEL ALDEIA MELO contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Agravo de Execução n. 0068087-39.2019.8.19.0001.

Nesta via, alega o impetrante a nulidade do procedimento administrativo disciplinar instaurado para apuração de falta grave, eis que a oitiva do apenado ocorreu sem a presença de defesa técnica, em violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, razão pela qual devem ser afastados os efeitos do reconhecimento da sanção administrativa.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde no regime semiaberto o julgamento final deste *writ*. No mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja declarada a nulidade do procedimento administrativo, afastando-se os novos cálculos.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, consta do acórdão impugnado "*o fato é que a prova dos autos aponta claramente no sentido de que o agravado utilizou um telefone celular para acessar a sua conta na mídia social 'Facebook', tendo, inclusive, postado suas fotos (selfies) (doc. 18)*", destacando que "*não por acaso, ao ser ouvido no respectivo processo disciplinar, o agravado admitiu ter se utilizado, no interior da unidade prisional, de aparelho celular para acessar a rede social 'Facebook'*" (e-STJ fl. 66).

Assentou que, "*diferentemente do que sustentou a Magistrada de primeiro grau no decisorio, é desnecessária a apreensão do telefone celular ou mesmo que o apenado seja encontrado na posse do mesmo, eis que o conjunto probatório é robusto no sentido de que utilizou o aparelho durante o cumprimento da*

Superior Tribunal de Justiça

pena", não havendo que *"se falar em nulidade do processo disciplinar, na medida em que a ampla defesa e o contraditório foram devidamente observados"* (e-STJ fl. 66).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da execução, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator